

SUSPENSÃO DO JUÍZO: BOA APLICAÇÃO DO LIVRE-ARBÍTRIO

*Autor: Marcos Vinicius da Silva Goulart
Professora Lia Levy
Análise e redação de textos filosóficos II
2006/2*

O objetivo desse texto é buscar as razões que levam Descartes a afirmar que suspender o juízo é aplicar bem o livre-arbítrio. Isso pelo menos está explícito nessa afirmação:

"(...) se evito exprimir meu juízo a respeito de uma coisa, quando não a concebo com bastante clareza e distinção, é evidente que o emprego muito bem e que não estou equivocado; porém, se decido negá-la ou afirmá-la, então não emprego como devo meu livre-arbítrio".
(DESCARTES, 2000, p.298).

Cito esse trecho, pois, o meu trabalho terá como base a Quarta Meditação das suas "Meditações Metafísicas", onde Descartes está tratando dos juízos falsos e verdadeiros, se atendo à questão da possibilidade do erro, em um contexto onde ele propõe uma certa conciliação entre liberdade e determinação: na medida que, para ele, somos cada vez mais livres quando agimos conforme a determinação divina¹, que apresentaria-se ao nosso entendimento através das idéias claras e distintas. A questão da possibilidade do erro e da suspensão do juízo se colocaria para Descartes de maneira aparentemente estranha, pois, a sua teoria do conhecimento teria elementos da filosofia prática, sendo assim, o erro poderia ser evitado se o sujeito utilizasse bem o seu livre-arbítrio. Portanto, entendimento e vontade, ou seja, capacidade de conceber idéias e capacidade de negar ou afirmar essas idéias, se relacionariam de tal maneira que, na afirmação de um juízo, o entendimento determinaria a vontade. Para tentar esclarecer um pouco mais o problema da suspensão do juízo enquanto um ato em conformidade com a vontade de Deus e, portanto, aplicação correta do livre-arbítrio, retomaremos as meditações anteriores para elucidar alguns conceitos que serão importantes para esse intento.

Primeiramente, é importante retomarmos o papel da dúvida, pois, por si só, o ato de duvidar é atribuir existência, enquanto ser pensante, à quem duvida, pois, o simples ato de

¹ (DESCARTES, 2000, p.296)

duvidar implica na consciência de sua própria existência², na medida em que o sujeito que duvida, duvida de algo e, como no princípio das meditações ele duvidava dos seus próprios sentidos, então, algo deveria existir: ele próprio em sua própria consciência: um estado de introspecção que somente os sujeitos pensantes podem ter. Mesmo assim, a dúvida, para Descartes, ainda seria, e isso é o que mais nos interessa:

"(...) um rótulo amiúde aplicado ao procedimento pelo qual Descartes tenta remover do caminho, com a finalidade de estabelecer uma base metodológica confiável para a sua nova ciência, as pedras que constituem os preconceitos e opiniões preconcebidas".
(COTTINGHAM, p.56).

Ora, sabemos que o intuito de Descartes, com a dúvida, é pôr à prova todas as opiniões que ele antes tinha como verdadeiras, afim de que essas, se conseguirem passar por esse teste, sejam tidas como verdades inabaláveis e, nesse sentido, a dúvida seria um método infalível onde o sujeito pensante, ao negar provisoriamente os sentidos, caminharia do sensível ao inteligível. Portanto, duvidar seria ter razões suficientes para pensar que o que se apresenta como verdadeiro, poderia não o ser, na medida em que, poderíamos admitir o seu oposto (a falsidade) como uma outra hipótese possível e, naquele caso, o conhecimento verdadeiro fundaria-se em princípios falíveis: os sentidos. Assim, as hipóteses do Gênio Maligno e do Sonho, seriam razões suficientes para pôr em dúvida a possibilidade de se conhecer as coisas apenas pelos sentidos, por isso, é preciso que as opiniões tenham como critérios de verdade algo além deles, ou seja, clareza e distinção, algo puramente inteligível, uma certeza imediata no entendimento.

A idéia de clareza e distinção aparece na Terceira Meditação, após Descartes chegar a primeira certeza - a sua própria existência enquanto coisa que pensa -, ele se pergunta: *"Tenho certeza de que sou uma coisa pensante; mas não saberei também, portanto, o que é requerido para ter certeza de alguma coisa?"* (DESCARTES, 2000, p. 269). Ora, Descartes chegou a sua própria existência através do método da dúvida, aquele caminho do sensível ao inteligível e, por conseguinte, viu que não precisava dos sentidos³, apesar de ter duvidado deles, para chegar a essa certeza. Aquela idéia de si próprio, de sua própria existência, se apresentaria

² "Não há, então, dúvida alguma de que existo, se ele me engana; e, por mais que me engane, nunca poderá fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa". (Idem, p.258)

³ "Nesses dias que me passaram, habituei-me de tal forma a desligar meu espírito dos sentidos (...)" (Idem, p.291)

com uma tal clareza e distinção que ele não mais poderia admitir a sua falsidade, pois, nem mesmo a dúvida a colocaria em cheque. Sendo assim, clareza e distinção seriam idéias imediatas do entendimento, evidências para a verdade que escapariam da dúvida e, assim, condições necessárias para o conhecimento verdadeiro.

No entanto, precisamos saber ainda mais sobre a origem das idéias claras e distintas, pois, se nós, enquanto seres pensantes, fossemos seus autores, teríamos o problema de cair em um certo relativismo, pois, nos utilizaríamos como garantia da verdade de proposições, ou seja, fundamentos das idéias claras e distintas. Mas, Descartes está atento a isso, para ele, seu autor é externo ao ser que pensa, no entanto, não podemos ter recebido as idéias claras e distintas pelos sentidos, pois, como já vimos, eles se apresentaram dubitáveis, além do mais, elas independem da nossa vontade, são imediatas. Por essa razão, o autor externo das idéias claras e distintas, que se apresentariam ao nosso entendimento, seria Deus e, essa idéia de clareza e distinção seria uma garantia de que os fundamentos para a nova ciência estariam em bases sólidas, como Descartes mesmo explicita: *"Toda concepção clara e distinta é, com certeza, alguma coisa de real e de positivo, e, assim, não pode se originar do nada, mas deve ter obrigatoriamente Deus como seu autor (...)".* (DESCARTES, 2000, p. 301).

Na Terceira Meditação, Descartes propõe a prova da existência divina, a qual, não pretendo apresentar de maneira muito aprofundada, pois, o que interessa para o meu intento é a concepção de Deus que se relaciona com o fato de nós, os seres pensantes que duvidam, sermos incompletos e, por isso, postularmos da nossa incompletude e imperfeição algo que seja completo e perfeito, que é expresso no início da Quarta Meditação, da seguinte forma:

"(...) E quando considero que duvido, ou seja, que sou uma coisa incompleta e dependente, a idéia de um ser completo e independente, isto é, de Deus, apresenta-se a meu espírito com igual distinção; e do simples fato de que essa idéia se encontra em mim, ou que sou ou existo, eu que possuo esta idéia, concluo tão claramente a existência de Deus e que a minha depende inteiramente dele em todos os momentos de minha vida (...)". (DESCARTES, 2000, p. 291).

Essa idéia de dependência em relação à existência de Deus, tem muita importância para entendermos como é possível que nós, seres pensantes, sejamos capazes de errar, se pensarmos que somos dependentes de algo que é perfeitamente bom e, sendo esse ser criador ao qual dependemos, assim por natureza, a hipótese do Deus enganador seria contraditória, na

medida que, enganar seria um sinal de imperfeição e malícia⁴ e, além do mais, por Deus sempre querer o que é bom e melhor, não deveria nos ter criado com a capacidade de errar sempre. Por isso, a possibilidade do erro, não tem nenhuma relação à maneira como Deus nos criou, ou seja, ele não nos deu uma faculdade do entendimento falha. Para Deus, que é infinito, todas as verdades seriam eternas e imutáveis, pois, foram criadas por ele próprio. Já no caso do nosso entendimento, que é finito, as verdades poderiam se apresentar de maneira clara e distinta, na medida que exercitarmos a dúvida para a busca daquelas verdades, portanto, limitação não é um defeito do nosso entendimento.

Descartes está diante de dois problemas, se o conhecimento é imediato, ou seja, se dá diretamente no entendimento, então, (1) como ele pode dizer que o nosso entendimento não é falho? (2) Como eu posso errar sem culpar quem nos criou? A solução seria, que erramos pelo fato de não percebermos em nosso entendimento todas essas verdades, mas que, devido a nossa busca por elas, a nossa vontade, às vezes se precipita e afirmamos o que se apresentaria confuso e obscuro, por isso, o erro é culpa nossa, pois, somos livres para asserir ou não uma determinada opinião.

Para elucidar a questão do erro, e pensarmos mais sobre a nossa culpa por ele, pretendo me ater um pouco mais aos conceitos de vontade e entendimento para Descartes, pois, ambos, como vimos acima, têm relação com o erro. Recapitulando, Deus não poderia nos dar uma faculdade que fizesse que nós errássemos sempre, pois, Deus é bom e cria as suas criaturas de acordo com isso, ou seja, não é a minha faculdade do entendimento que causa os erros, mas sim, a minha vontade, que é ilimitada em relação ao entendimento que é limitado⁵ e, pelo fato dela ser livre. O entendimento é apenas uma faculdade dada a nós por Deus para que possamos conceber idéias, no entanto, a vontade que é uma faculdade que se relaciona com o entendimento e, também é nos dada por Deus, tem por função: afirmar, negar, querer e não querer, aquilo que o entendimento apenas concebe⁶. Por isso, na questão da suspensão do juízo há uma relação intrínseca entre entendimento e vontade livre.

⁴ (Idem, p. 292)

⁵ *"Além disso, o entendimento só se aplica aos poucos objetos que se apresentam, e o conhecimento é sempre muito limitado; ao passo que a vontade, num certo sentido, pode parecer infinita, porque nada apreendemos que possa ser o objeto de uma outra vontade, mesmo desta imensa vontade que está em Deus, e à qual a nossa também não pode aplicar-se: o que faz com que vulgarmente a levemos para além do que clara e distintamente conhecemos. E quando assim abusamos, não é de estranhar que nos enganemos"*. (DESCARTES, 1995, p.66)

⁶ (Idem, p. 296)

No artigo chamado: "Vontade: Determinação e Liberdade" de Ethel Menezes Rocha ⁷, a autora diz que - para Descartes: *"diante de uma idéia clara e distinta o assentimento é inevitável"*. (p.55). Isso quer dizer que, diante de uma idéia que se apresenta ao nosso entendimento, clara e distintamente, ou seja, conforme a providência divina, a vontade penderia para essa proposição e assentiria-a, sendo assim, a minha vontade, que é livre, estaria condicionada a razão divina. Isso nos faz chegar a uma conclusão: que não podemos suspender o juízo diante de uma idéia clara e distinta quando temos a consciência de que ela assim o é, sendo assim, a nossa liberdade de negar algo, só poderia se dar diante das idéias que não nos aparecessem claras e distintamente. Além do mais, a nossa liberdade seria classificada em graus, pois, se eu asserisse uma opinião verdadeira sem que eu tivesse certeza que ela era clara e distinta, eu teria um grau de liberdade mais baixo⁸ do que aquele que assera uma opinião verdadeira reconhecendo-a enquanto tal, portanto, que liberdade é essa que temos para errar se cada vez que erramos somos menos livres?

Ao meu ver, há uma diferença entre liberdade, que é determinada por Deus, e o nosso livre-arbítrio, que seria uma vontade livre, pois, poder negar ou afirmar uma proposição que está em nosso entendimento é bem diferente do que escolher e abraçar livremente os desígnios divinos⁹, uma é possibilidade da ação e outra é qualidade da ação. Para elucidar essa dúvida vamos ver o que Ethel diz sobre isso:

"A primeira definição [vontade livre], portanto, identifica liberdade com o poder de afirmar ou negar um conteúdo apresentado pelo entendimento, o que supõe o estado de indiferença por parte do sujeito livre. A segunda definição [vontade divina], ao contrário, ao afirmar a espontaneidade dos atos volitivos, supõe a inclinação natural como elemento essencial da liberdade". (ROCHA, Ethel, 1998, p.68)

Ora, isso parece dizer que só temos vontade, pois, somos incompletos, ou seja, duvidamos. Quando temos em nosso intelecto duas opiniões opostas e, precisando escolher entre uma e outra para afirmá-la e, ainda mais, não pendemos nem para uma e nem para outra, então, a nossa escolha é com indiferença e, por isso, com menos liberdade. Sendo assim, o mais alto grau de liberdade seria escolher conforme a verdade, ou seja, conforme a clareza e

⁷ ROCHA, Ethel. **Vontade: Determinação e Liberdade**. In: Analytica. Volume 3, número 2. Rio de Janeiro: 1998.

⁸ (DESCARTES, 2000, p.296)

⁹ (Ibidem)

distinção, que faria com que eu não escolhesse com indiferença, pois, eu asseriria a proposição clara e distinta automaticamente, livremente.

Agora que conseguimos esclarecer mais um pouco o que possa ser livre-arbítrio para Descartes, podemos relacioná-lo com a idéia de suspensão do juízo. Como vimos, temos a liberdade para duvidar de proposições que se apresentam sem clareza e distinção em nosso intelecto, ou seja, temos vontade livre para possivelmente negá-las ou afirmá-las. O fato de duvidarmos de alguma opinião é sinal da nossa incompletude em relação a Deus e, se duvidamos, é porque ainda somos indiferentes em relação às idéias que se apresentam em nosso entendimento que, devido ao fato de estarmos entre a imperfeição e a perfeição, faz com que sejamos privados de determinados conhecimentos e, portanto, de garantias para asserirmos com segurança (liberdade) uma determinada idéia. Sendo assim, o ato de duvidar seria o princípio para a suspensão do juízo, pois, diante de uma idéia que não se apresentaria com clareza e distinção, sem garantia de liberdade em conformidade com Deus, a nossa vontade, que é livre, suspenderia o assentimento e, por isso, não erraríamos.

Concluimos então, que não é errado termos em nosso entendimento idéias confusas e obscuras, pois, podemos afirmá-las ou não; o erro, portanto, estaria na afirmação dessas idéias. Como havíamos visto, errar é precipitar-se e tomar por verdadeiro, aquilo que é falso, antes de um exame detalhado em nosso entendimento através da dúvida. Se somos cada vez mais livres na medida em que agimos conforme a vontade divina que nos apresentaria através da clareza e distinção das idéias em nosso entendimento, então, errar seria a negação da liberdade e, por isso, a suspensão juízo, esse "não precipitar-se no erro", seria a afirmação do livre-arbítrio em conformidade com a liberdade e, portanto, uma boa aplicação dele. A idéia de livre-arbítrio, que seria um "fazer tudo que eu quero sem ter uma regra", seria uma utilização errada da nossa liberdade, pois, para Descartes, ela precisaria de critérios, ou seja, garantias, e essas garantias seriam: clareza e distinção, Deus e possibilidade de negar o que é errado.

REFERÊNCIAS

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Nova Cultural, 2000 (Col. Os Pensadores)

_____. **Princípios da Filosofia**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1995.

COTTINGHAM, John. **Dicionário Descartes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

ROCHA, Ethel. **Vontade: Determinação e Liberdade**. In: Analytica. Volume 3, número 2. Rio de Janeiro: 1998.

Dicionário Eletônico Houaiss. v. 1.0. 2001.